



PROPOSTA TEMÁTICA

F

REGION: ATIVAR REGIÕES, LIGAR PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

CLARA SOUSA ALVES

RegiOn:

**ATIVAR AS REGIÕES,
LIGAR PORTUGAL**



1.ª SUBSCRITORA:
CLARA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA ALVES
MILITANTE N.º 231850

PROPOSTA TEMÁTICA ELABORADA POR:

BRUNO BESSA | CAROLINA MARQUES | CLARA DE SOUSA ALVES | FILIPE FERNANDES | JOÃO BAETA | JOÃO ROCHA

I - ENQUADRAMENTO

A coesão territorial em Portugal continua a ser um desafio estrutural, marcado por assimetrias regionais profundas, que têm acentuado as desigualdades socioeconómicas e dificultado o desenvolvimento equilibrado do país.¹

Historicamente, o litoral, particularmente as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, têm atraído a maioria dos investimentos públicos e privados, enquanto o interior e as regiões periféricas têm sofrido com a desertificação, o envelhecimento populacional e a falta de oportunidades económicas.

Essas assimetrias regionais contribuem para o afastamento dos cidadãos das zonas rurais e interior do país, criando uma percepção de abandono e de falta de representatividade política. A coesão territorial, neste sentido, deve ser encarada não apenas como uma questão económica, mas também como uma forma de restabelecer a confiança entre as populações e o Estado, reforçando a unidade nacional e a solidariedade entre as diferentes regiões.

Este desequilíbrio territorial coloca em risco a sustentabilidade de vastas áreas do país e compromete a sua competitividade global. A incapacidade de responder eficazmente às necessidades locais com soluções adaptadas tem levado à concentração de serviços essenciais, como saúde e educação, nas grandes cidades, gerando um ciclo de dependência e fragilidade nas regiões mais desfavorecidas.²

Para enfrentar estes desafios, é necessária uma mudança significativa na organização territorial e na forma como as políticas públicas são desenhadas e implementadas.

¹ Para uma visão abrangente sobre estas assimetrias, o relatório da OCDE "Regional Outlook 2023" destaca as disparidades que persistem entre as regiões de Portugal, em particular o fosso entre o litoral, que concentra a maior parte dos investimentos, e o interior, que continua subdesenvolvido ([OCDE "Regional Outlook 2023"](#))

² Como indicam os relatórios da OCDE, a concentração de serviços em áreas urbanas não só aumenta as assimetrias, como também enfraquece o potencial de crescimento sustentável das regiões periféricas ([OCDE "Regional Outlook 2023"](#))

A regionalização, como processo de reorganização administrativa do território, tem sido apontada como uma solução viável para promover uma distribuição mais equitativa de recursos, dar maior autonomia às regiões e permitir uma gestão mais eficiente das suas potencialidades.

Exemplos de sucesso da regionalização podem ser observados em países como a Espanha e a Alemanha. Em Espanha, a criação de comunidades autónomas permitiu à Catalunha e ao País Basco desenvolverem economias robustas e diferenciadas, contribuindo para cerca de 18% e 6% do PIB nacional, respetivamente.³ Na Alemanha, o sistema federal com estados (Länder) administrativamente autónomos garantiu uma descentralização eficaz, com regiões como a Baviera a emergirem como motores económicos, tendo uma taxa de desemprego de apenas 3,1% em 2021, muito abaixo da média da União Europeia⁴. Estes exemplos mostram que a regionalização pode ser um motor de desenvolvimento económico equilibrado.

A promoção da coesão territorial através da regionalização permitirá também reduzir a pressão sobre as áreas metropolitanas, redistribuindo o crescimento populacional e económico por todo o território. As regiões poderão reter talento e atrair novos investimentos, o que ajudará a combater a desertificação do interior e a proporcionar uma maior qualidade de vida aos seus habitantes.

Contudo, o caminho para a regionalização em Portugal tem sido hesitante e marcado por divisões políticas e sociais, o que culminou no insucesso do referendo de 1998.

Passadas mais de duas décadas, o contexto económico, social e político do país evoluiu. As novas dinâmicas demográficas e os desafios da globalização, aliados ao impacto das crises económicas e ambientais, tornam urgente uma nova abordagem de descentralização e coesão territorial para assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo de todas as regiões de Portugal.

³ [Autonomous Community Outlook Basque Country](#)

⁴ [Bavaria's Economy Facts and Figures 2023](#)

Este contexto oferece uma oportunidade única para visitar o tema da regionalização, não apenas como uma medida administrativa, mas como uma estratégia de longo prazo para reforçar a coesão territorial e promover o desenvolvimento local.

É importante destacar que a regionalização poderá fomentar colaborações entre as regiões, permitindo que as áreas mais desenvolvidas partilhem conhecimentos, tecnologias e boas práticas com regiões em maior desvantagem. Este tipo de colaboração mútua fortalecerá a capacidade de resposta coletiva e criará um país mais integrado e resiliente.

Neste sentido, a presente proposta política setorial tem como objetivo criar as condições necessárias para reforçar a coesão territorial em Portugal, através de um conjunto de políticas integradas e sustentáveis, ao mesmo tempo que prepara o terreno para um novo referendo sobre a regionalização.

Este processo será baseado num diálogo aberto e inclusivo com a sociedade civil, as autarquias e os atores económicos, garantindo que a transição para um modelo de governação regional seja feita de forma participada, informada e gradual.

II – REFORÇAR AS CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

As competências dos Municípios devem ser reforçadas de forma planeada e com a garantia de que os mesmos possuem a capacidade de execução dessas novas competências, em contraponto com as sucessivas transferências de competências que lhes têm sido atribuídas, que por si só, não são o garante de uma política mais próxima e eficaz. O processo de descentralização de competências e de reforço do papel dos municípios deverá ser um processo coeso e estruturado, que respeite as particularidades do território e não apenas transferir por transferir.

Atualmente, as transferências de competências têm falhado essencialmente devido à ausência de um adequado acompanhamento do envelope financeiro. Os municípios enfrentam novos encargos sem

receberem os recursos necessários para os suportar, o que compromete o equilíbrio financeiro das autarquias locais e acentua as desigualdades dentre elas.

Importa, ainda, que o Estado Central não transfira apenas competências, mas promova ativamente a correção das desigualdades entre as autarquias. O interior, com menos recursos e uma maior dispersão populacional, não pode ser deixado à margem deste processo de descentralização.

A descentralização deve estar ancorada no princípio da equidade, sob pena de serem criadas desigualdades entre territórios, o que deve ser acautelado, para se cumprir o desiderato da proximidade, eficiência e adaptabilidade às necessidades dos territórios e das suas populações. É fundamental assegurar que o regime jurídico de transferência de competências do Estado para as autarquias locais seja pautado por estes princípios, protegendo o espírito de justiça e coesão territorial.

No entanto, este processo não se esgota no domínio financeiro. O Estado Central tem a obrigação de acompanhar os municípios em todas as fases do processo, isto é, no antes, no durante e no após o processo, assegurando recursos humanos, recursos formativos e o apoio técnico necessário para que as autarquias possam assumir as suas novas responsabilidades com competência e eficiência, a fim de mais e melhor servirem as suas populações. Este acompanhamento e monitorização dos processos de transferência de competências deve ser feito com vista ao reforço de uma efetiva política de descentralização, promotora da coesão territorial.

É urgente refletirmos sobre como tornar este processo eficaz e capaz de gerar impacto real na vida das populações. O PSD deve liderar esta discussão, promovendo uma reflexão alargada no seio do partido e da sociedade portuguesa, que sirva de base para uma transformação real do *modus operandi* político e legislativo.

III – REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO E ELEITORAL

A presente moção encontra-se alinhada com o Programa Eleitoral da Aliança Democrática para as Eleições Legislativas de 2024 no que contende com a necessidade de Portugal proceder a uma reforma do seu Sistema Político e Eleitoral.

O atual desenho institucional do nosso Sistema Eleitoral gera incentivos (ainda que indiretos ou, possivelmente, até inconscientes) para que se criem maiores assimetrias entre regiões; dificulta a *accountability* dos eleitos face aos eleitores. Assim, o PSD e Portugal devem refletir sobre quais os incentivos que o nosso Sistema Eleitoral deve gerar na relação do eleitor com o voto e com os seus representantes, de forma a fomentar um sistema mais justo e próximo da realidade territorial.

Com esta proposta, os nossos objetivos concretos passam por:

- Implementar um sistema político integrado que promova maior coesão territorial, até na forma como o poder político se relaciona com as suas diferentes regiões do país;
- Gerar os incentivos corretos ao nível de uma mais justa e adequada colocação dos investimentos públicos, uma vez que, numa perspetiva comparada, as regiões portuguesas, isoladamente, apresentam pouca capacidade económica (em particular, quando comparadas com outros países que têm uma composição federal);
- Contribuir para uma maior governação em rede entre as diferentes regiões e o Estado central, de forma a criar sinergias que fortaleçam o desenvolvimento regional;
- Gerar melhores mecanismos de proximidade política entre eleitores e candidatos, aumentando os níveis de confiança que os eleitores depositam nos eleitos e nas próprias instituições que suportam o regime democrático português.

Uma vez que a nossa proposta passa por estabelecer uma melhor governação entre regiões e na relação que estas têm com o Estado central, a

Reforma do Sistema Eleitoral deve contemplar as eleições legislativas, assim como as eleições autárquicas. No caso das autárquicas, devemos pautar a nossa ação pela procura de reavaliar o equilíbrio de competências entre os órgãos Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. O desenho institucional no qual assenta a governação municipal e a fiscalização da Assembleia Municipal deve garantir o respeito pela participação democrática e dos cidadãos na gestão dos assuntos de interesse local (tal como indicado no Programa Eleitoral da AD).

Assim, durante o mandato que se inicia da nova CPN, o Conselho Nacional deverá repensar o atual Sistema Eleitoral – tanto legislativas como autárquicas –, propondo uma alteração para um novo modelo que tenha capacidade de corresponder aos objetivos de uma governação mais justa, equitativa e capaz de promover a coesão territorial que o país tanto necessita.